

KANT E AS VARIANTES DA MENORIDADE NA *ANTROPOLOGIA DE UM PONTO DE VISTA* *PRAGMÁTICO* (§48)

Diogo Sardinha ¹

(Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

A tradução que damos em seguida do §48 da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* toca aspetos centrais do pensamento de Kant acerca do que em filosofia se chama, desde há poucos mais de dois séculos, a emancipação – desde há pouco mais de dois séculos, é certo, porém ainda não na obra kantiana, da qual esta palavra não é exatamente *típica*.² Talvez esta afirmação cause surpresa. Pois não é Kant o pensador por excelência da saída do ser humano da menoridade da qual ele próprio é culpado? Com esta fórmula, a “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?” parece introduzi-lo na lista dos autores incontornáveis da emancipação humana, entendida como transição da idade menor à idade maior, com a assunção que a acompanha, da plena responsabilidade de cada um pelos seus atos. Ora, mais vale enunciá-lo sem demoras, Kant nunca escreveu sobre a emancipação. Pelo menos nunca empregou a palavra, que existia já no alemão da época e mesmo desde o século XVI, *Emanzipation* (Seebold-Kluge, “Emanzipation”). Como pôde assim o pensador da emancipação nunca ter escrito sobre a emancipação? Ou não terá sido ele o pensador da emancipação que

¹ diogo_pt@hotmail.com

² Um primeiro esboço das ideias expostas neste artigo foi apresentado em 21 de maio de 2020 ao seminário do Grupo de investigação História da filosofia – HPhil, do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Agradeço vivamente aos coorganizadores do seminário, Filipa Afonso, Guilherme Riscali e Tomás N. Castro, bem como aos demais colegas presentes, nomeadamente Adriana Veríssimo Serrão, Leonel Ribeiro dos Santos e Paulo Jesus, pelo frutuoso debate que então decorreu e de que extrai proveito para a redação do texto bem como para a tradução.

poderíamos julgar? Ou, talvez mais justamente, não o terá sido ele *como* o poderíamos julgar? Mas então, de que outro modo?

Estas interrogações não encontrarão resposta aqui. Precisamente, o §48 *não trata* da emancipação. Contudo, a tradução leva a sério este facto e por isso nunca emprega o termo nem outros da mesma família. O assunto aqui é diferente: a maioridade. A ela se associa o radical que forma a linha diretriz do parágrafo, *münd*, diferentemente repetido em *mündig*, *unmündig*, *Mündigkeit*, *Vormünder*, *Übermündig*, conjunto sem o qual a harmonia e a fluidez do texto, para não falar do conteúdo filosófico, se tornam inacessíveis. Antes de saber como traduzi-los, e se é ou não possível fazê-lo de forma que a presença do radical se manifeste materialmente, isto é explicitamente na construção das palavras em português, note-se que eles alargam a terminologia empregue na “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”, de 1784. Aí, estas são tratadas como momento de transição na existência do ser humano, saída da *Unmündigkeit*, trasladada por vezes (e variando segundo os idiomas) como “imaturidade”, “estado de tutela” ou “menoridade”, e “passo dado para a *Mündigkeit*” (Ak. VIII, 35). Quatorze anos depois, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, de 1798, o alargamento do vocabulário parece aprofundar a problemática sobre o que pode ser esta transição.

O §48 gira assim em torno das ideias de *Mündigkeit* e do seu contrário, *Unmündigkeit*, com os adjetivos correspondentes, *mündig* e *unmündig*. Saliente-se o que estabelece o *Grammatisch-kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*, dicionário de Johann Christoph Adelung, publicado nos mesmos anos em Leipzig, entre 1793 e 1801. *Mündig* significa “liberto da autoridade paterna, de idade adulta (*großjährig*), de idade maior (*volljährig*)”. Associa-se ao latim *majorenn* e opõe-se a “de idade menor” (*minderjährig*) ou simplesmente “menor” (*minorenn*): tornar-se *mündig* é “atingir a idade necessária de acordo com as leis para a libertação da autoridade (*Gewalt*) do pai e do tutor (*Vormundes*)” (Adelung, “*Mündig*”). Evidentemente, não se trata para nós de limitar o significado das palavras empregues por Kant àquele ou àqueles que circulam no seu tempo: isso seria reduzir a tecnicidade da terminologia do autor ao uso corrente da língua pelos seus contemporâneos. Todavia, sabendo que se dirige a estes tanto na “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”, artigo de jornal, quanto na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, escrita com fins de popularização (Ak. VII, 121), intuímos que tem em mente o que eles entendem correntemente por tais termos. Ora, Adelung mostra que estes associam uma *capacidade* a um *estatuto*. A *capacidade* é a de fazer algo reconhecível por outros como suscetível de ser válido, ou admissível como

tendo valor, no sentido seguinte: uma ação é considerada como suscetível de ser válida quando o agente está autorizado a realizá-la, isto é quando se lhe reconhece o direito ou a autoridade ou a independência para levá-la a cabo. Caso não se lhos reconheça, o valor (positivo ou negativo) da ação não pode ser admitido: ainda que exerça efeitos no plano *dos factos*, é nula na capacidade de produzi-los no plano *do direito*, na medida em que quem a realizou não estava *habilitado* para tal. A esta capacidade ou incapacidade associa-se um *estatuto*, que varia de acordo com cada uma das alternativas seguintes: ser considerado, primeiro, maior ou menor; segundo, capaz ou incapaz; terceiro, superior ou inferior; quarto, independente ou dependente. Por exemplo, a criança é *menor*, e o adulto maior. Ela é *incapaz* de realizar certos atos de forma tida como válida, atos que serão reconhecidos como eventualmente válidos se concretizados por um adulto, por este ser capaz de realizá-los (*eventualmente*, pois a validade depende outrossim do respeito de princípios como: agir dentro da lei, seguir procedimentos concretos para a realização do ato, preencher todas as condições requeridas para a operação em concreto...). A criança é *inferior* deste ponto de vista, dispondo de um campo de ação restrito quando comparado com o do adulto. Enfim, a criança é *dependente* do adulto, não necessariamente dos pais, ao passo que o adulto é independente não apenas da criança, mas ainda de outros adultos, o que com certeza não significa que seja capaz de viver sem eles, isoladamente, mas que, vivendo com outros, possui uma liberdade de ação e decisão que lhe é própria respeitante às escolhas que faz e pelas quais poderá ser responsabilizado. Em suma, o menor não o é apenas de idade física, mas de estatuto. Por outras palavras, o termo menor não designa apenas “mais novo que”, mas também “inferior a”; um *estatuto*, na medida em que depende de um *reconhecimento* por outrem. Veremos adiante que, no texto de Kant, algo semelhante ocorre com a mulher: mesmo mais velha do que o homem, permanece inferior a ele em termos de estatuto social.

Inevitavelmente, o tema apresenta uma dimensão etimológica. Segundo Adelung, duas derivações são possíveis para a palavra *mündig*. A primeira vem do substantivo *Mund* e do verbo *munden*, ambos arcaísmos já na época (Adelung, “Mund”, 1; e “Mündel”). *Mund* significava tanto intercessão (*Vorsprache*), facto de interceder por outrem e de tomar a palavra para representá-lo, quanto proteção (*Schutz*); e *munden* queria dizer proteger, mas também poder defender-se a si mesmo, poder falar por si mesmo. A segunda derivação ponderada por Adelung procede imediatamente da raiz *ma*, *manen* destas mesmas palavras e denota poder, ser capaz de, ter capacidade legal para realizar atos civis (Adelung, “Mündig”). A princípio, o substantivo *Mund* denotava um homem poderoso, em sentido estrito o amparo, o protetor

(Adelung, “Mund”, 1). Embora este significado fosse já desusado para o tempo de Kant, dele aparecia o rasto em palavras-parente, importantes para o autor, *mündig*, maior, e *Vormund*, tutor (Adelung, “Mund”, 1). Assim, as duas derivações que Adelung considera têm no fundo a mesma proveniência e podem, para os efeitos presentes, ser consideradas uma só. Estudos filológicos recentes confirmam esta direção, remetendo a palavra *Mund* para o domínio do antigo direito alemão (Wahrig: “Mundium”, “Mundschaft”, e também “mündig”, “Munt”). Como explica o *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, de Elmar Seebold-Kluge, *Mund* significava outrora proteção (*Schutz*) e ademais, em antigo saxão, também tutela (*Vormundschaft*). Etimologicamente designava a mão (*Hand*), associada a proteção; em nórdico antigo, *mundr* era o “preço de compra da mulher, a tutela”; e em antigo frisão *mund* designava também tutela. Como base de todas estas variantes permanece uma raiz “r/n” (me-r, me-n-es), sempre com o significado de “mão”, que pela via do “n” permite recuar ao latim *manus*; e pela do “r”, ao grego *μῆρη* (márē), a mão. O sentido figurado em germânico é formado a partir da velha imagem, “encontrar-se na mão de alguém”, com o duplo significado de “estar em seu poder” e “estar sob sua proteção” (Seebold-Kluge, “Mund”, 2). Como dissemos, não obstante *Mund* como proteção ser há muito obsoleto, manteve-se dele um rasto em *mündig* e em *Vormund*. A estes poderemos ainda acrescentar *Mündel*, o tutelado. Examinemos rapidamente estas palavras. *Mündig*, maior, deriva de *Mund* no sentido de tutela (*Vormundschaft*), “logo ‘aquele a quem é permitido proteger-se e, com isso, representar-se legalmente’” (Seebold-Kluge, “mündig”). Já *Vormund*, recorrente no artigo de Kant sobre as Luzes, é a palavra que desde muitos séculos antes denota “aquele cuja mão (proteção) se antepõe” (Seebold-Kluge, “Vormund”). Quanto a *Mündel*, designa “pertencente à proteção, que está sob tutela” (Seebold-Kluge, “Mündel”). Como se vê, toda a família que retém aqui a atenção deriva de uma mesma fonte, intercessão e proteção, mais recuadamente mão.

Chegamos agora a um ponto decisivo. Apesar de tudo isto, o único significado da palavra *Mund* que provavelmente reconhecem os contemporâneos de Kant é “boca”. A boca, hoje como há duzentos e trinta anos, é *der Mund*. Este facto, entende-se, suscita até hoje confusões. Ele leva alguns a pensar que “a imagem comum que liga os termos correlativos” *Vormund* e *unmündig*, “a sua raiz comum – *Mund* (boca) – indica que o significado subjacente de *unmündig* é ser incapaz de *falar* em seu próprio nome”. Por isso, o menor “precisa de um *Vormund*, uma ‘embocadura’ legalmente sancionada que se coloque *diante* (*vor*) dele – ou dela – como porta-voz oficial.” (Green, 292) Apesar de tentadora e de corrente (para

outro exemplo, ver Kleingeld, 17, n. 1), esta associação é errônea, como Adelung já sugere na época e como pormenoriza Seebold-Kluge duzentos anos mais tarde. Como prova, Adelung separa tão cuidadosamente os dois significados de *Mund* (interceção/proteção por um lado e boca por outro), e as suas proveniências distintas, que reserva a cada um o seu próprio verbete, com o propósito de vincar as distâncias semânticas (Adelung, “Mund”, 1, “Mund”, 2). Seebold-Kluge procede exatamente da mesma forma, especificando ainda a proveniência etimológica a partir de mão e desfazendo assim qualquer mal-entendido. Ora, o uso que Kant faz do radical *münd* leva a crer em uma de duas possibilidades: ou ele joga com uma derivação, não simples como a que vimos, antes dupla, de acordo com a qual a família *münd* provém *ao mesmo tempo* ou talvez *indiferentemente* de *Mund* como interceção/proteção e de *Mund* como boca; ou, deixando a etimologia de lado, se contenta em fazer intervir um parentesco fônico e gráfico entre o radical *münd* e os dois sentidos da palavra *Mund*, o antigo (intercessão ou proteção) e o vigente (boca), para espriar o seu argumento. No estado atual da pesquisa não estamos em condições de saber se ele crê que *Mund* tem ou não uma dupla origem ou se ele apenas se apoia na referida parecença de som e de grafia. Certo é que juntar os dois, como ele faz, adensa o problema.

Vejamos como estes significados surgem no §48. Por uma parte, lê-se aí em filigrana a ideia de *Mund* no sentido de “mão”, com o significado de domínio – de si quando se é responsável, de outrem quando se é o tutor de um indivíduo não responsável ou não habilitado. Por outra parte, encontra-se *Mund* no sentido de boca, em relação com o exercício da palavra, tal como aparece menos a respeito do tutor (*Vormund*) que da mulher. Esta tem “suficiente palavrório” (*Mundwerks*) e, todavia, é declarada menor para efeitos civis: fala muito, demais, mas isso não lhe garante a maioridade civil. Espontaneamente, esta análise sugere uma aproximação ao latim *infans*, “que não fala”, mas isto sob condição de o infante não ser considerado como “aquele que não fala” *por não ter ainda desenvolvido a capacidade física e mental* para isso, antes como aquele que, malgrado a tenha já desenvolvido, não adquiriu ainda *voz ativa*; aquele que, embora fale, não é ouvido por ainda não ser considerado habilitado a pesar num debate ou numa tomada de decisões, o que em parte é precisamente o caso da mulher. Em contraste, Adelung não necessita recorrer a boca como origem etimológica de *mündig* para associar a este termo a tomada de palavra em sua própria defesa ou em representação de alguém não habilitado a fazê-lo. Pois, como se viu, *Mund* era o facto de interceder por outrem, aquele que, não tendo o direito de representar-se ou de poder falar

por si, precisava de um terceiro que a um tempo o representava e protegia, intercedia por ele. A este sentido de *Mund* como intercessão e proteção associava Adelung o poder de, ou a capacidade legal para, realizar atos civis. E, além de proteger, *munden* era poder defender-se e falar por si mesmo. Dito de outra forma, sob o ângulo filológico não é preciso evocar o paradigma da boca para significar o direito à fala e à ação qualificadas, inclusive qualificadas no âmbito do direito civil, e basta situar-se no quadro da interceção e da proteção. Kant não age exatamente assim: ele salta a barreira entre os dois paradigmas e fâ-los intervir conjuntamente. Bem entendido, não se trata aqui de criticar a sua estratégia de escrita, mas somente de apreendê-la na sua extensão, a fim que a tradução seja o mais informada e precisa possível.

Existe ainda um terceiro paradigma na forma que Kant tem de exprimir-se. Quando escreve que “o povo não tem *Stimme* nem *Urteil* em consideração do caminho que haverá de tomar para o reino dos céus”, note-se o significado da palavra *Stimme*. Pois se *Urteil* pode razoavelmente ser traduzido por juízo, *Stimme*, que é a voz, é também o voto. Ou seja, o povo além de não ter capacidade para ajuizar também não tem nem para falar nem para votar, para contribuir para a decisão. Ele não tem voz ativa, uma palavra a dizer, voto na matéria. Resulta disto que, para lá dos paradigmas da mão e da fala, há ainda que entrar em linha de conta com o da voz que é também o do voto, paradigma da eleição, suscetível de desdobrar-se na questão de saber quem é ou foi eleito, e por quem, para decidir, em nome de outrem, qual o caminho do céu. Para não nos afastarmos do essencial, deixaremos aqui de lado esta interrogação, sugerindo apenas o seguinte: o texto kantiano indica não haver eleitos por natureza, (quase) todos sendo capazes de tornar-se aptos para contribuir para tais decisões ou escolhas, conquanto ascendam à maioria e nela permaneçam. Em suma, tudo isto complica a dificuldade condensada na palavra *mündig* e suas derivadas. Mas até certo ponto também a esclarece, pois, articulados, os membros da grande família veiculam um sentido com múltiplas componentes: maioria/menoridade, capacidade/incapacidade, fala/silêncio.

Antes de entrarmos na tradução propriamente dita, outro ponto deve ser evocado. O texto de Kant está sobejamente vertido nos mais diversos idiomas, em alguns casos com versões concorrentes, por exemplo quatro em França: Tissot em 1863, Foucault em 1964, Pierre Jalabert em 1986 e Alain Renaut em 1993. Comparamos metodicamente com três traduções, a brasileira de Clélia Aparecida Martins (doravante, Martins), a norte-americana de Robert B. Loudon (Louden) e a francesa de Michel Foucault (Foucault). Também do ponto de vista do método, decidimos

trasladar sempre as diversas ocorrências da mesma palavra ou expressão alemãs com a mesma palavra ou expressão portuguesas. Assim, “em consideração de” corresponde sempre a “in Ansehung”, “afazeres” sempre a “Geschäfte”, “menoridade” sempre a “Unmündigkeit”, etc. Isto conduz por vezes a sacrificar o estilo à fidelidade, quando mantemos repetições de termos em frases que se seguem. Ou seja, se a tradução repete “afazeres”, é porque Kant repete “Geschäfte”.

Quando palavras diferentes conservam o mesmo radical, tentamos manter a tradução deste. Ou seja, se o verbo “leiten” é “guiar”, o substantivo “Leitung” será “guia” e “von seinen Leitern” “pelos seus guias”. Se “Mündigkeit” é “maioridade”, “übermündig” será “maioríssima”. Aqui, contudo, intervêm duas exceções de relevo. “Unmündigkeit” não pode ser vertido por algo como “imaioridade”, mas simplesmente por “menoridade”. E “Vormünder” será traduzido por “tutores”, malgrado tentativas como: capatazes, preceptores, protetores. Poderia dizer-se: aquele que tem um tutor, um pro-tutor (*Vor-mund*), é tutelado (*mündel*) pois é sem-teto (*un-mündig*). O indivíduo *un-mündig* é em si mesmo “des-pro-tegido”, precisa de quem o abrigue ou o albergue, o guarde ou lhe dê guarida (as imagens são sugeridas por Adelung, “Schützen”, proteger). Guarida, guarda, guardião são também próximos de tutor. Todavia, para revelar os limites de “protetor”, note-se que os *Vormünder* não apenas protegem: eles também representam.

Passemos agora a alguns termos concretos que requerem observações.

1. *Unmündigkeit* – Ao longo dos três primeiros parágrafos, a palavra poderia ser quase indistintamente traduzida por “incapacidade” ou “menoridade”. Esta inspira-se diretamente do verbete “Mündig” de Adelung: “liberto da autoridade paterna, de idade adulta (*großjährig*), de idade maior (*volljährig*)”. Aquela remonta ao latim *capio*, agarrar, captar, apanhar, pelo que guarda o laço com a mão, ter mão em, controlar, susten, sustentar. Contudo, a partir do quarto parágrafo a tradução por “incapacidade” aparece artificial, desajustada. Traduzimos então sempre *Unmündigkeit* por “menoridade” e, como de costume, reservamos “incapacidade” para “Unfähigkeit”. De entre as traduções comparadas, Martins flutua entre: não é emancipada, incapacidade, menoridade, estado de menoridade; e Foucault entre: *est sous tutelle*, *tutelle*, *irresponsabilité*. Louden é o único que preserva constantemente o mesmo termo inglês para o vocábulo alemão: *immaturity*.

2. *Unmündig* – Em harmonia com a tradução de *Unmündigkeit* por menoridade, *unmündig* será menor. O oposto, *mündig*, não surge no §48. Louden escolhe sempre *immature*, ao passo que Martins e Foucault optam

por incapaz e incapacidade. Diremos em breve uma palavra com respeito ao que parece ser a falta de coerência entre estas escolhas e as feitas por Foucault para *Unmündigkeit*.

3. *Mündigkeit* – Uma só ocorrência, de que damos conta como maioridade. Martins: emancipação. Louden: *maturity*. Foucault: *capacité juridique*.

4. *Übermündig* – A mulher poderia “ser declarada literalmente maioríssima (*übermündig*)”. Não parece que se conheça em alemão outra ocorrência da palavra, muito provavelmente forjada por Kant com notórios fins irónicos e nunca retomada nem na sua obra nem nos dicionários de Adelung, dos Grimm ou nos atuais que consultámos. A tradução por *maioríssima*, que respeita a presença do radical “*mündig*”, acarreta desde logo um problema: ela é o superlativo absoluto sintético de “maior” e existe efetivamente em português, não sendo portanto um caso isolado ao contrário do que sucede no alemão. Contudo, guardamo-la porque permite manter a tradução o mais sistemática possível do radical. Um segundo problema é que com ela se perde o eco da “boca” que em alemão ressoa imediatamente entre *Mundwerks* e *übermündig*: como a mulher parece ser mais-que-maior (ou maioríssima, *übermündig*) por ter suficiente palavrório (*Mundwerks*), pode dizer-se que esta aparência é fruto de ela ser capacíssima de linguarejo (outra tradução possível para *übermündig*, na qual o eco de “boca” seria mal ou bem reconhecível). Outras palavras forjadas com o intuito especial de transpor o hápax *übermündig* não se revelaram proveitosas: crescida em palrices, linguarejíssima, maior, supermaior, ultramaior. Martins: mais que capaz de falar por si própria. Foucault: *surémancipée*. Louden: *over-mature*.

Com respeito à tradução em inglês, saliente-se que Louden, trasladando *Unmündigkeit* como “imaturidade”, mantém a tradução costumeira neste idioma, que transforma o radical em matur. Coerentemente, “*übermündig*” devém *over-mature*, algo como sobre-madura. A ideia é engenhosa. Todavia, em duas ocasiões logo no primeiro parágrafo não escapa ao conflito com os termos *Reife* e *Unreife*, estes sim estritamente maturidade e imaturidade. Ao recorrer a estas duas palavras, Louden induz em erro, pois o leitor não sabe que, nesta passagem concreta, maturidade traduz *Reife* e não *Mündigkeit*; e imaturidade, *Unreife* e não *Unmündigkeit*. Acrescente-se que, trabalhando em inglês, Louden dificilmente está em condições de empregar termos como *majority* ou *minority*, associados a algo de inteiramente diferente do que Kant pretende exprimir e que tornariam o seu texto quiçá indecifrável. Compreendêmo-lo a partir das frases seguintes de Garrett Green que, como outros comentadores, se queixa dos limites da língua inglesa. Referindo-se à “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”, onde a presença da

Unmündigkeit salta aos olhos desde a primeira frase, lamenta que o inglês deite a perder o argumento de Kant, antes de mais porque a decisão de reter *immaturity* “subtilmente transfere a analogia subjacente [ao argumento] de um contexto legal para um psicológico.” O equivalente mais próximo, escreve, seria *minor*, “mas nem só as crianças menores são unmündig.” Um idoso senil ou, independentemente da idade física, uma mulher são-no também, o que levanta problemas ao leitor, que em *minor* reconhece de imediato a vertente etária. Resta assim *immaturity*, apesar da “implicação pejorativa” que acarreta, de um “comportamento infantil”, quando “o termo alemão enfatiza os cambiantes legais de imaturidade, mais do que os psicológicos ou comportamentais.” (Green, 292.) Outro estudioso, Samuel Fleischacker, também a respeito do artigo sobre as Luzes, evoca ao lado de *minor* a possibilidade de recorrer a *tutelage*. Porém, logo em seguida explica que ambas “são palavras esquisitas ou ambíguas em inglês, que obscurecem a força da polémica kantiana.” E como “*Unmündigkeit* tem de facto as conotações psicológicas que *immaturity* tem em inglês, mas que não têm *tutelage* ou *minority*”, conforma-se com imaturidade “malgrado as suas insuficiências.” (Fleischacker, 195, n. 12.) Repare-se no entanto que existe pelo menos uma versão respeitada em inglês do artigo sobre as Luzes que adota os termos *minority* e *minor*, a de Mary J. Gregor (Cambridge). Quanto à tradução em português, é muito provável que também ela se defronte com decisões deste tipo e tenha por sua vez de conformar-se com as limitações dos seus recursos linguísticos. Contudo, esse não é o caso pelo menos aqui, pois decerto por motivos históricos as palavras menoridade e menor não se aplicam exclusivamente às crianças e convêm igualmente às mulheres e à longa narrativa da sua inferiorização, bem como ao dissipador posto sob tutela e ao idoso que perdeu a faculdade de gerir a sua própria existência. Recorreremos portanto a elas, não tendo que nos haver com os escolhos do inglês.

Chegados a este ponto compreendemos provavelmente melhor em que medida, na perspetiva filológica, a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* desenvolve o registo que era já o da “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”. Quando o assunto reaparece em 1798, o vocabulário especifica-se. Assim, a menoridade (*Unmündigkeit*) começa sendo tratada como uma das fraquezas (*Schwächen*) no exercício de um entendimento em si mesmo são e, mais precisamente, como a incapacidade (*Unfähigkeit*) de um ser humano, saudável quanto ao resto, para fazer uso próprio do seu entendimento em afazeres civis. Esta menoridade pode ser de duas espécies, natural (*natürliche*) ou civil (*gesetzliche*); se “estiver fundada na imaturidade da idade, então chama-se *menoridade etária* (Minorennität);

mas se assentar em disposições legais com respeito a afazeres civis, então pode ser chamada menoridade *legal* ou *civil*.” Em abono da verdade, esta terminologia é resultante de ajustes ocorridos entre a redação do manuscrito original em 1796-1797, a primeira edição em 1798, e a segunda em 1800. A versão que trasladamos apoia-se nesta última, adotada como base da edição crítica (ver as notas do editor Oswald Külpe em Ak. VII, p. 354-355). Porém, nas duas versões precedentes, a manuscrita e a da primeira edição, a menoridade etária (*Minderjährigkeit*) aparecia como conceito genérico do qual a menoridade natural e a civil eram as duas espécies (ver Ak. VII, 382; e o comentário de R. Brandt). Obviamente, colocar a idade neste patamar superior introduzia uma ambiguidade, posto que na realidade o critério etário não se aplica a todos os estatutariamente menores, como prova o caso das mulheres. Com efeito, “*crianças* são naturalmente menores e os pais os seus tutores naturais. *A mulher* em qualquer idade é declarada menor-civil; o marido é o seu curador natural.” “Em qualquer idade”, o texto diz bem, pelo que a correção introduzida na edição de 1800 é pertinente.

Interrompemos aqui as citações e contentamo-nos em acrescentar que os esquemas e agenciamentos se complexificam ainda no seguimento do texto kantiano. Importante agora é notar os problemas de tradução desencadeados pela riqueza terminológica do §48. Para dar um único exemplo, veja-se que Foucault traduz o substantivo *Unmündigkeit* e/ou o adjetivo *unmündig* ora por sob tutela, ora por estado de incapacidade, ora por irresponsabilidade, ora por menoridade. Aliás, menoridade é também o termo que emprega para verter *Minderjährigkeit*, na realidade mais próxima da idade física do indivíduo. O contrário da *Unmündigkeit*, a *Mündigkeit*, é traduzida por ele como capacidade jurídica; e o mencionado hápax *übermündig*, convertido em sobre-emancipada. Difícil saber-se exatamente a que se deve esta inconstância de vocabulário de Foucault, cujas capacidades de compreensão do alemão não estão em causa. Tratar-se-á dum reflexo da complexidade do tratamento do assunto em língua francesa? Caso sim, tal complexidade seria partilhada por outros idiomas latinos? Manifesto é o facto que a hermenêutica filosófica requer este indispensável exame filológico: é ela que mostra até que ponto Kant se serve de uma terminologia profusa para pensar a transição da idade menor à idade maior sem jamais mencionar a emancipação. Por isso, o desafio para quem lê e traduz consiste em aceitar esta profusão e explorá-la o mais possível, sem nunca deslizar para o uso da família emancipação e sem sentir-se autorizado a acrescentá-la à panóplia dos termos já presentes.

E, no entanto, a ideia de que o §48 desenvolve o tema do artigo sobre as Luzes não é totalmente justa. Melhor seria afirmar que, inscrevendo-se

em parte na mesma temática, exerce sobre ela uma torção que lhe confere uma forma inesperada. Que diferenças há então entre os dois textos? Independentemente de outras, ressaltamos duas. Primeiro, os tutores não surgem na *Antropologia do ponto de vista pragmático* exatamente nos mesmos termos em que no artigo sobre as Luzes. Provavelmente porque a abertura do §48 os introduz como responsáveis naturais das crianças naturalmente menores, e o curador como responsável natural da mulher declarada menor sob o ângulo civil, estas duas palavras associam-se doravante à menoridade da qual quem a sofre é inocente. Assim sendo, para designar aqueles que se colocam acima de outro tipo de menores, Kant prefere servir-se de termos alternativos: no campo político, os chefes (*Häuptern*), entre eles os de estado (*Staatsoberhäupter*); no religioso, os guias (*Leitern*); e no doméstico, com ironia, as mulheres, quando os maridos se preocupam demasiado com os livros e lhes deixam todas as prerrogativas na gestão do lar. Este câmbio vocabular explica um fenómeno curioso: com variantes, *Vormund*, tutor, ocorre sete vezes no artigo sobre as Luzes, mas uma vez só no §48. Isto indica que os adversários já não são exatamente os mesmos ou, talvez melhor, não são pensados exatamente como o foram antes.

O segundo ponto que desejamos realçar é o seguinte: a culpa, capital desde o início do artigo sobre as Luzes, esbate-se no §48 – a própria palavra não consta. Tanto o artigo sobre as Luzes abordava a saída da menoridade vivida *por culpa* do indivíduo, tanto o §48 trata da vida numa menoridade sofrida independentemente da sua vontade, circunscrevendo e examinando pelo menos duas formas de menoridade que *não são* da responsabilidade dos menores, a natural e a civil, aquela padecida por natureza como no caso das crianças, esta por decisão legal como no das mulheres. Kant consagra-lhes os dois primeiros passos do §48. Chega então o momento da viragem, mas como vamos ver ele é paradoxal. “*Tornar-se a si mesmo menor, por mais indigno que isso possa ser, é todavia muito cómodo*”: eis as únicas, breves orações que recordam o mote do artigo sobre as Luzes, a escolha da menoridade ou da subordinação, aprazível, mas degradante. Se há paradoxo é pela razão seguinte: a frase ainda não acabou e o assunto já vai ser outro, não a escolha real feita por covardes e indolentes (termos de 1784 tão-pouco usados aqui), mas os agentes e os mecanismos da sujeição, chefes, chefes de estado, sacerdotes. A partir daí, linha após linha a dinâmica da escrita reforça a impressão de uma menoridade sofrida apesar do indivíduo, espécie de reverso da medalha do artigo sobre as Luzes, como se nem sempre fosse uma questão de culpa, preguiça e covardia, antes de constrangimentos nos quais as pessoas se encontram enleadas desde

o nascimento e a entrada na idade adulta, na rede das submissões etária, sexual, política, religiosa e familiar. Maneira imprevista de reatar com o tema da “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”. Reatar com ele, sem todavia repetir o tratamento dado, a tal ponto que, não obstante ressurja a ideia que tornar-se a si mesmo menor é fazê-lo por escolha própria, Kant não volta nesta circunstância ao vocabulário anterior (razão pela qual os seus leitores tão-pouco devem voltar) e não escreve que tornar-se menor é devi-lo por sua própria culpa.

Talvez por isso o tema concomitante da *saída* da menoridade esteja também ausente. Ele era importante na “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”, que se despregava de forma programática, respeitante aos que os humanos fazem, podem fazer ou devem fazer de si mesmos enquanto seres de livre atividade (era implicitamente um texto de cariz pragmático-antropológico): eles podem e num certo sentido devem, no sentido da exortação, mais do que no do imperativo, sair da menoridade na qual permanecem por preguiça e covardia, lançando mão de seu próprio entendimento sem a guia de outrem. Em todo o caso, é a isto que Kant apela em 1784. O §48 estrutura-se diferentemente: explora, ainda e sempre sob um ângulo pragmático, o que *certos seres humanos fazem de outros seres humanos*, reduzidos ao estado de submissão, menos física (embora também possa sê-lo) que intelectual, concernente ao uso das faculdades, o que para Kant é ainda uma maneira de estudar o que o ser humano em geral, mais do que cada um singularmente, faz de si mesmo enquanto ser de livre atividade. Olhados desde esta perspectiva, ambos os textos pertencem ao género pragmático. Em contrapartida, o que na “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?” era apelo inicial, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* só emerge ao cabo do livro I, que o §48 integra: “A revolução mais importante no interior do ser humano é: ‘a saída deste da menoridade da qual ele mesmo é culpado.’” (Ak. VII, 229.) Assim, o apelo emerge transformado. O que era outrora declaração de abertura, primeira frase do artigo de 1784, é agora conclusão: a ordem foi invertida, por conseguinte o movimento que conduz de um alfa a um ómega também o foi. Além disso, o que era tematizado em termos de “reforma da maneira de pensar” (Ak. VIII, 36) assoma doravante como “a mais importante revolução no interior do ser humano”. Seria pertinente demandar se esta passagem da reforma à revolução está mais próxima duma transição do paradigma de Lutero ao de 1789 ou duma translação de Lutero ao seu contemporâneo Copérnico. Mas isto requereria investigações suplementares. Certo é que o tema da culpa tal como o da saída, ausentes do §48, não desaparecem do livro. Dito de outra forma, os motivos persistem, mas perderam a centralidade. No artigo

de 1784, surgiam à cabeça e tudo o resto decorria deles ou, quanto mais não fosse, tudo o resto girava em torno deles como de um eixo. Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* as coisas passam-se de outro modo: é questão tanto das condições de vida sob tutela como sob a condução por outros, quanto das pequenas estratégias quotidianas para contornar tais empecos. Basta, aliás, lembrar a dona da casa que compensa no interior do lar a menoridade que lhe é infligida no espaço público: ela não sai da menoridade, antes permanece nela, mas subverte-a à sua maneira. De sorte que o §48 revela as circunstâncias particulares, na política, na sociedade, na religião, na família, que compõem o quadro de conjunto que o programa das Luzes vinha desafiar. O que enfim conduz a uma ideia: a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* aguça retrospectivamente a consciência de que sair da menoridade não é motivo suficiente para falar de Luzes. Com efeito, estas não são senão a saída do ser humano da menoridade *da qual ele mesmo é culpado*, não de uma menoridade *qualquer*. Ora, o §48 assemelha-se em parte a uma lista de atenuantes complexas, bem mais complexas que as simples paixões da preguiça e da pusilanimidade, para a vida em menoridade. Resumindo, não obstante as primeiras impressões de similaridade ou de simples continuidade entre os dois escritos, são várias as marcas que os distinguem.

Cabe interrogar-se: isto faria deles dois textos incoerentes entre si? Decerto são coerentes, mas talvez não perfeitamente. Sinais da coerência são detetáveis no caráter pragmático das suas análises, voltadas para a *ação* do humano sobre si mesmo e o *uso* que faz ou não das suas faculdades. Mas ela não pode ser dita perfeita. Os dois exibem entre si demasiadas diferenças para serem comutáveis: de vocabulário, de pontos de vista, de situações consideradas, de espírito – claramente normativo num caso, sobretudo descritivo no outro. Por estas razões, precisamente por haver tantas mudanças, conviria não tomá-los um pelo outro e evitar explicar o ulterior à luz do mais antigo, ou inversamente (para um exemplo disto mesmo, ver Schmidt, 63)³. Com todo o rigor, a menoridade de que

³ James Schmidt, “Notes”, em J. Schmidt (ed.), *What Is Enlightenment? Eighteenth-Century Answers and Twentieth-Century Questions*, Berkeley, University of California Press, 1996, p. 63-64: p. 63, n. 1: “The phrase *selbstverschuldeten Unmündigkeit* is central to Kant’s entire argument. As Kant explained in his *Anthropology*, *Unmündigkeit* designates both ‘minority of age’ (*Minderjährigkeit*) and ‘legal or civil immaturity’ (AA VII:208-209 [*Anthropology from a Pragmatic Point of View*, trans. Mary J. Gregor (The Hague, 1974), 79-80]). Those who are legally immature – a group that includes children, so long as they remain ‘naturally immature,’ and women, no matter what age – must be represented in legal proceedings by a ‘curator’ (*Kurator*), a ‘proxy’ (*Stellvertreter*), or a ‘guardian’ (*Vormund*). (All of these designations have their origins in Roman law

trata cada um não é a mesma. No primeiro, ela é dita *selbstverschuldet*, no segundo não (ou não necessariamente – de toda a forma o termo não aparece mais no §48) e torna-se bem mais multifacetada. Concluindo, não obstante aquilo em que se assemelham, mais vale conservar entre os dois escritos uma distância prudente.

Resta dizer que o texto que agora traduziremos suscitaria outros comentários: pense-se somente no estatuto da mulher. No entanto, eles não dizem imediatamente respeito à técnica de tradução nem às escolhas inevitáveis neste quadro, motivo pelo qual os deixamos por ora de lado.

Fonte: Kant, *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*, em *Kants gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften*, vol. VII, Berlim, 1907-1917, p. 208-210.

and were given exhaustive definitions in Christian Wolff's *Grundsätze des Natur- und Völkerrechts*, §§898-912.)”

ANTROPOLOGIA DE UM PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO

§48

Reproduzido em *Kants Werke*, vol. VII, Berlim, Walter de Gruyter, 1968.

[Ak. VII, p. 208, linha 29] §48. Um entendimento saudável em si (sem fraquezas de espírito) pode todavia ser acompanhado por fraquezas em consideração do seu exercício, que tornam necessárias ou a *protelação* a fim que cresça até à devida maturidade, ou também a *representação* da sua pessoa por uma outra em consideração dos seus afazeres que sejam de teor civil. A incapacidade (natural ou legal) de um ser humano, saudável quanto ao resto, para fazer uso *próprio* do seu entendimento em afazeres civis chama-se *menoridade*; se esta estiver fundada na imaturidade da idade, então chama-se *menoridade etária* (Minorennität); mas se assentar em [p. 209] disposições legais com respeito a afazeres civis, então pode ser chamada *menoridade legal* ou *civil*.

Crianças são naturalmente menores e os seus pais os seus tutores naturais. A *mulher* em qualquer idade é declarada menor-civil; o marido é o seu curador natural. Mas quando ela vive com ele em separação de bens, o curador é um outro. – Pois ainda que a mulher segundo a natureza do seu sexo tenha suficiente palavrório para representar-se e ao seu marido, quando se trata de falar, mesmo diante do tribunal (no que concerne o meu e o teu), motivo pelo qual poderia até ser declarada literalmente *maioríssima*, podem todavia tão pouco as mulheres (como cabe ao seu sexo) ir à guerra quanto defender pessoalmente os seus direitos e ocupar-se por si mesmas de afazeres de cidadão, estes somente por intermédio de um representante, e esta *menoridade* legal em consideração de diligências públicas faz dela tanto mais dominante em consideração da prosperidade doméstica: porque entra aqui o *direito do mais fraco*, que a gente masculina pela sua natureza já se sente chamada a atentar e a defender.

Mas *tornar-se* a si mesmo menor, por mais indigno que isso possa ser, é todavia muito cómodo, e naturalmente não hão de faltar chefes que saibam utilizar esta docilidade da gentinha (porque ela por si mesma dificilmente se une) e apresentar como grandíssimo, e até mortal, o perigo de servir-se do seu *próprio* entendimento sem a guia de um outro. Chefes de estado apelidam-se *Pais da Pátria*, porque compreendem melhor do que os seus *súbditos* como estes devem ser feitos felizes; mas em nome do seu próprio bem o povo é condenado a uma *menoridade* permanente, e quando *Adam Smith* diz indevidamente daqueles que, sem exceção e dentre todos, são

eles mesmos os maiores perdulários, é todavia fortemente refutado pelas (sábias!) leis sumptuárias promulgadas em vários países.

O *clero* mantém o *laico* severa e permanente na menoridade. O povo não tem voz nem juízo em consideração do caminho que haverá de tomar para o reino dos céus. Não são precisos os olhos próprios do ser humano para nisso ter sucesso; já se o guiará, e embora se lhe dê para as mãos as sagradas escrituras para que veja com seus próprios olhos, é logo [p. 210] avisado pelos seus guias que “aí nada encontre senão o que estes asseguram que aí se encontra”, e em todo o lado é a manipulação mecânica dos seres humanos sob o regimento de outros o meio mais seguro para a observância de uma ordenação legal.

Os eruditos deixam-se, geralmente de bom grado, manter pelas suas mulheres na menoridade em consideração dos ordenamentos domésticos. Sepultado sob os livros, um erudito respondeu ao alarido de um serviçal que gritava que havia fogo num dos quartos: “Sabeis que essas coisas competem à minha mulher.” – Enfim, pode também a maioridade de um perdulário, já adquirida, acarretar por decisão do estado uma recaída na menoridade civil, quando, após a entrada legal na *maioridade etária*, ele mostra uma fraqueza do entendimento considerando a administração do seu património, que o apresenta como criança ou imbecil; mas o juízo acerca disto fica fora do campo da antropologia.

Bibliografia

1. Traduções da *Antropologia* de Kant

Foucault, Michel, *Anthropologie du point de vue pragmatique*, Paris, Vrin, 1964

Louden, Robert B., *Anthropology From a Pragmatic Point of View*, Cambridge, Cambridge UP, 2007

Martins, Clélia Aparecida (revisão técnica Márcio Suzuki e Vinucius de Figueiredo): *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, São Paulo, Iluminuras, 2006

2. Dicionários

- Adelung, Johann Christoph, *Grammatisch-kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*, Leipzig, 1793-1801. Acessível em <http://woerterbuchnetz.de>
- Seebold-Kluge, Elmar, 2002: *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, 24ª ed., Berlim, Walter de Gruyter
- Wahrig *Deutsches Wörterbuch*, 9ª ed., Gütersloh/Munique, wissenmedia in der inmedia ONE], 2011

3. Outros

- Brandt, Reinhard, *Kritischer Kommentar zu Kants Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (1798)*, 1999, em linha: https://www.online.uni-marburg.de/kant_old/webseiten/kommentar/text207.html
- Fleischacker, Samuel, *What is Enlightenment?*, Londres/Nova Iorque, Routledge, “Kant’s Questions”, 2013
- Green, Garrett, “Modern Culture Comes of Age: Hamann versus Kant on the Root Metaphor of Enlightenment”, em James Schmidt (ed.), *What Is Enlightenment? Eighteenth-Century Answers and Twentieth-Century Questions*, Berkeley, University of California Press, 1996, p. 291-305
- Kant, “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”, em *Kants gesammelte Schriften*, Berlim, Walter de Gruyter, 1923-..., vol. VIII
- Gregor, Mary J. (ed. e trad.), Kant, “An Answer to the Question: What is Enlightenment?”, *Practical Philosophy*, Cambridge University Press, 1996: <https://users.clas.ufl.edu/burt/spaceshotsairheads/Kantenlightenment.pdf>
- Schmidt, James, “Notes”, em J. Schmidt (ed.), *What Is Enlightenment? Eighteenth-Century Answers and Twentieth-Century Questions*, Berkeley, University of California Press, 1996, p. 63-64
- Kleingeld, Pauline (ed.), Kant, *Toward Perpetual Peace and Other Writings on Politics, Peace, and History*, tradução D.L. Colclasure, New Haven/Londres, Yale University Press, 2006